



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE**

# **CONCURSO PÚBLICO 2012**

**06 DE MAIO DE 2012**



**CADERNO DE QUESTÕES**

**ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

 **FUNDAÇÃO  
DOM CINTRA**



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – MESMO EXTINTA, CPMF RENDE 1,7 BILHÃO AO GOVERNO

*O Globo, 25/03/2012*

Para especialistas, arrecadação é reflexo do excesso da burocracia. Mais de quatro anos após a extinção da CPMF por decisão do Congresso, o governo continua engordando seu caixa com o tributo, cobrado de empresas e pessoas físicas. De janeiro de 2008, quando o imposto do cheque deixou de existir, até o mês passado, já foi arrecadado R\$ 1,750 bilhão. Esse valor é suficiente, por exemplo, para o governo arcar com um ano da desoneração da folha de pagamento de setores já beneficiados pela medida, como confecções e calçados. Segundo técnicos da Receita, a arrecadação residual da CPMF ocorre devido a ações administrativas e judiciais. Para especialistas, isso mostra o excesso e o tamanho da burocracia no país.

01. O título do texto tem valor:
- A) crítico, já que denuncia uma irregularidade da Receita.
  - B) social, porque mostra o valor de justiça social do tributo.
  - C) político, pois indica um ponto fraco da administração pública.
  - D) paradoxal, pois algo extinto não pode continuar a gerar frutos.
  - E) irônico, visto que denuncia uma manobra de esperteza governamental.
02. O segmento sublinhado aparece como subtítulo da notícia publicada no jornal; em relação ao texto global, esse segmento inicial funciona como:
- A) um resumo de tudo o que é veiculado no texto.
  - B) uma causa de tudo o que é denunciado no texto.
  - C) uma afirmação que necessita de uma explicação.
  - D) uma consequência de uma medida governamental.
  - E) uma opinião abalizada que se apoia nos fatos destacados.
03. “Segundo técnicos da Receita, a arrecadação residual da CPMF ocorre devido a ações administrativas e judiciais”; no texto, uma arrecadação residual é a que:
- A) é recebida, por via judicial, do devedor.
  - B) incide sobre pequenos setores da economia.
  - C) restou depois de realizada uma ação principal.
  - D) ocorre após o prazo legal de cobrança, com multa.
  - E) é cobrada com atraso de empresas devedoras do Fisco.
04. “Esse valor é suficiente, por exemplo, para o governo arcar com um ano da desoneração da folha de pagamento de setores já beneficiados pela medida...”; a expressão “por exemplo”, nesse segmento do texto, indica:
- A) um dos casos que servem como avaliação do valor arrecadado.
  - B) um conselho para uma boa aplicação dos tributos arrecadados.
  - C) uma denúncia de uma injustiça cometida pelas autoridades.
  - D) uma indicação irônica para a aplicação de fundos federais.
  - E) uma das finalidades legais do tributo recebido.
05. O texto apresentado é uma notícia de jornal. A característica que está ausente do texto lido é a:
- A) presença de vozes textuais que demonstram autoridade.
  - B) contínua utilização de uma variante coloquial.
  - C) preocupação com as informações precisas.
  - D) clareza estrutural e vocabular do texto.
  - E) objetividade da informação prestada.

06. “Esse valor é suficiente, por exemplo, para o governo arcar com um ano da desoneração da folha de pagamento de setores já beneficiados pela medida, como confecções e calçados”. Isso significa que os tributos arrecadados desempenharão a seguinte função:
- A) compensarão a falta de arrecadação proveniente de desonerações tributárias.
  - B) servirão, por um ano, como fundo de auxílio a setores combatidos da economia.
  - C) substituirão os valores da queda de arrecadação devido à extinção da CPMF.
  - D) serão encaminhados às empresas de confecções e calçados.
  - E) vão ajudar setores empresariais prejudicados pela CPMF.
07. “De janeiro de 2008, **quando o imposto do cheque** deixou de existir, até o mês passado, já foi arrecadado R\$ 1,750 bilhão. **Esse valor** é suficiente, por exemplo, para o governo arcar com um ano da desoneração da folha de pagamento de setores já beneficiados pela medida, como confecções e calçados. Segundo técnicos da Receita, **a arrecadação residual** da CPMF ocorre devido a ações administrativas e judiciais. Para especialistas, **isso** mostra o excesso e o tamanho da burocracia no país”. Nesse segmento do texto, o termo destacado que se refere a um elemento do parágrafo anterior é:
- A) isso.
  - B) quando.
  - C) esse valor.
  - D) o imposto do cheque.
  - E) a arrecadação residual.
08. A observação gramatical que está **equivocada** é:
- A) Em “como confecções e calçados”, o vocábulo “como” introduz uma exemplificação.
  - B) Em “ações administrativas e judiciais”, os adjetivos, de valor semântico distinto, concordam com o mesmo substantivo.
  - C) Em “rende R\$1,7 bilhão”, o substantivo “bilhão” deve ser substituído por “bilhões” para concordar com a quantidade arrecadada.
  - D) Em “...até o mês passado”, o mês referido só pode ser identificado se o leitor tiver conhecimento da data da publicação da notícia.
  - E) Em “Mesmo extinta, a CPMF rende R\$1,7 bilhão”, o adjetivo “extinta” aparece no gênero feminino porque concorda com “contribuição”, representada pela letra C na sigla CPMF.
09. “Segundo técnicos da Receita...”; “Para especialistas...”. A alternativa que mostra uma afirmação correta sobre esses dois segmentos do texto é:
- A) As opiniões dos técnicos são superiores às dos especialistas.
  - B) Técnicos e especialistas se situam em diferentes escalões do Governo.
  - C) Os técnicos da Receita e os especialistas referem-se às mesmas pessoas.
  - D) As opiniões emitidas pelos técnicos e pelos especialistas dizem a mesma coisa.
  - E) Os vocábulos “segundo” e “para”, nos segmentos, possuem o mesmo significado.
10. A alternativa em que o vocábulo sublinhado apresenta um substituto **inadequado** é:
- A) “**Mesmo** extinta, CPMF rende R\$1,7 bilhão ao governo” / conquanto.
  - B) “Esse valor é suficiente, **por exemplo**, para o governo...” / ou seja.
  - C) “...ocorre **devido a** ações administrativas...” / em razão de.
  - D) “**Segundo** técnicos da Receita...” / conforme.
  - E) “**Para** especialistas...” / na visão dos.

INFORMÁTICA

11. No que diz respeito aos dispositivos de entrada e saída na configuração de microcomputadores, alguns só podem operar na entrada, outros, apenas, na saída, e uma terceira categoria pode operar tanto na entrada quanto na saída, dependendo do momento da utilização. Nessa última categoria estão enquadrados os seguintes dispositivos:
- plotter e DVD/RW 4,7 GB
  - laserjet SAMSUNG e blu-ray SONY
  - deskjet EPSON e pendrive de 16GB
  - scanner de mesa e CD-RW 700 MB
  - multifuncional HP e disco rígido SATA

12. Em um microcomputador com o sistema Windows Professional 7, em português, duas teclas de atalho são acionadas nas situações descritas a seguir:

I- Para mostrar uma janela, que corresponde a pressionar o botão Iniciar, simbolizado no Windows 7 pelo ícone



, existente no canto inferior esquerdo da tela, por default.

II- Para acessar diretamente as aplicações abertas e em execução no sistema, sem auxílio de uma janela de diálogo.

Esses atalhos de teclado são, respectivamente:

- Ctrl + Esc e Alt + Esc
- Alt + Tab e Ctrl + Esc
- Alt + Esc e Ctrl + Tab
- Ctrl + Tab e Alt + Esc
- Ctrl + Tab e Alt + Tab

13. A planilha abaixo foi criada no Excel 2010 BR.

	A	B	C	D	E
1	<b>BELO HORIZONTE - 2012</b>				
2					
3			Valor Base :		R\$ 600,00
4					
5	#	Nome	Cargo	Referência	Valor
6	1	Ana Lúcia	C-01	5	R\$ 3.000,00
7	2	Cesar Augusto	C02	3	R\$ 1.800,00
8	3	Daniel Karlos	C-03	7	R\$ 4.200,00
9	4	Emanuelle Simões	C-04	6	R\$ 3.600,00
10			Soma total :		R\$ 12.600,00

Na planilha, foram executados os procedimentos descritos a seguir:

I - Em E6, foi inserida uma expressão que representa a multiplicação da referência em D6 pelo valor-base em E3, utilizando o conceito de referência absoluta. A partir de E6, fórmulas semelhantes foram copiadas para E7, E8 e E9.

II - O valor mostrado em E10 foi obtido por meio do emprego do ícone  $\Sigma$  sobre as células de E6 a E9.

As expressões inseridas nas células E9 e E10 foram, respectivamente:

- =E&3\*D9 e =SOMA(E6:E9)
- =E&3\*D9 e =SOMA(E6;E9)
- =%E%3\*D9 e =SOMA(E6:E9)
- =\$E\$3\*D9 e =SOMA(E6:E9)
- =\$E\$3\*D9 e =SOMA(E6;E9)

14. Com o emprego dos recursos do Word 2010 BR, um funcionário do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte está digitando um texto. Nessa atividade, ele executou os procedimentos abaixo descritos:

I- Selecionou o terceiro parágrafo e executou o atalho de teclado Ctrl + >.

II- Pressionou o ícone , por meio do mouse.

As ações realizadas correspondem, respectivamente, à aplicação dos seguintes recursos:

- aumento da fonte e alinhamento justificado
- diminuição da fonte e alinhamento justificado
- aumento da fonte e alinhamento centralizado
- aumento do recuo e alinhamento centralizado
- diminuição do recuo e alinhamento centralizado

15. Um internauta está utilizando o browser Internet Explorer 9 BR e o software de e-mail Thunderbird 9.0, num esquema concorrente. No IE9BR, um ícone é utilizado quando se deseja adicionar, à Barra de Favoritos, o site exibido no browser na tela do monitor. No Thunderbird 9.0, uma tecla de função é utilizada quando se deseja receber todas as mensagens do servidor, referentes à conta de e-mail atual. O ícone e a tecla de função são, respectivamente:

A) e F11

B) e F5

C) e F8

D) e F5

E) e F11

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. De acordo com a doutrina, o ato administrativo que aplica uma sanção disciplinar é classificado, quanto aos efeitos, como:

- geral
- de gestão
- pendente
- constitutivo
- enunciativo

17. Se a despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal ultrapassar os limites definidos em lei, o percentual excedente terá de ser eliminado. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite e o período máximo desse percentual relativo aos quadrimestres seguintes, para que se efetive a correção, corresponderão, respectivamente, a:

- 50% - três
- 54% - dois
- 56% - três
- 60% - dois
- 60% - três

18. Considere a hipótese de o Município de Belo Horizonte de-sejar incentivar a edificação em determinada área da cidade e, para isso, admita a utilização de terrenos públicos por particular. De acordo com as características descritas, tal uso se dará mediante o seguinte instituto:
- A) enfiteuse
  - B) cessão de uso
  - C) permissão de uso
  - D) concessão de direito real de uso
  - E) concessão de uso especial para fins de moradia
19. Empresa prestadora de serviço de guarda e vigilância do tio adotivo do Vice-Prefeito está em vias de firmar contrato com o Município para atender às necessidades do Palácio, sede do governo municipal. No momento de ser firmado o contrato, a assessoria do Prefeito aponta dúvidas quanto à possibilidade de levar adiante a relação contratual, diante da averiguação dos documentos da empresa por conta da proximidade de vínculos afetivos com o Vice-Prefeito. Segundo a Lei Orgânica, e considerando a função do Vice-Prefeito, a validade da contratação é entendida como:
- A) anulável, subordinando-se à comprovação de preço de mercado até dois meses após finda a sua função
  - B) anulável, subordinando-se à comprovação de preço de mercado até o término da sua função
  - C) proibida, subsistindo a proibição até seis meses após finda a sua função
  - D) permitida, inexistindo proibição a qualquer tempo durante o seu mandato
  - E) proibida, subsistindo a proibição até doze meses após finda a sua função
20. Suponha que a Secretaria Municipal de Saúde queira alienar 500 macas de alumínio, avaliadas em cinquenta mil reais, já que estas não mais são utilizadas nos Centros de Terapia Intensiva dos hospitais públicos, por terem sido substituídas por outras mais modernas com controle elétrico. A alienação deverá ser feita mediante a seguinte modalidade de licitação:
- A) tomada de preços
  - B) concorrência
  - C) convite
  - D) pregão
  - E) leilão

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. O Governador do Estado, após uma manifestação de fiéis na porta do Palácio, fica sensibilizado e decide atender ao pleito, subvencionando determinada igreja que passa por dificuldade financeira devastadora. Segundo a Constituição Federal, esta é uma competência estadual com a seguinte característica:
- A) comum
  - B) vedada
  - C) exclusiva
  - D) reservada
  - E) concorrente
22. A exigência da condição de cidadania para que uma pessoa seja autora de uma demanda judicial está vinculada ao seguinte *writ*:
- A) mandado de segurança
  - B) ação civil pública
  - C) habeas corpus
  - D) habeas data
  - E) ação popular
23. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Vice-Presidente da República, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago. Segundo a doutrina, o órgão que declara a vacância é o:
- A) Conselho Nacional de Justiça
  - B) Supremo Tribunal Federal
  - C) Tribunal Superior Eleitoral
  - D) Congresso Nacional
  - E) Senado Federal
24. O conceito de autonomia política municipal, para a doutrina, está assentado nas seguintes duas capacidades:
- A) auto-organização e autogoverno
  - B) autogoverno e autonomia financeira
  - C) auto-organização e autonomia normativa
  - D) autonomia normativa e auto-organização
  - E) autonomia administrativa e autonomia financeira
25. A limitação ao direito de propriedade instituída em favor de um serviço público configura a hipótese do seguinte instituto:
- A) requisição
  - B) tombamento
  - C) desapropriação
  - D) ocupação temporária
  - E) servidão administrativa

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

26. Professora da rede municipal de Belo Horizonte que está em gozo de licença médica, a se encerrar em 10 dias, é nomeada para o cargo efetivo de analista de políticas públicas em ato devidamente publicado no Diário Oficial. De acordo com a redação expressa no Estatuto do Servidor Público, o prazo máximo, computada a sua prorrogação, para que a servidora tome posse, é de:
- A) 50 dias
  - B) 40 dias
  - C) 30 dias
  - D) 20 dias
  - E) 10 dias
27. Servidor Público municipal é aprovado em concurso de Juiz no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e exonera-do, a pedido, em 14 de junho de 2011. Este servidor fará jus à seguinte proporcionalidade no cálculo de seu décimo-tercei-ro salário:
- A) 12/12
  - B) 7/12
  - C) 5/12
  - D) 4/12
  - E) 3/12
28. Pablo, servidor efetivo que não faz atendimento ao público, com formação de primeiro grau, lotado no almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração, acaba por praticar má conduta durante o expediente. Nesse caso, o Estatuto do Servidor Público de Belo Horizonte prevê a aplicação da seguinte pena:
- A) demissão
  - B) reclusão
  - C) suspensão
  - D) repreensão
  - E) advertência

29. Pedro, servidor municipal, convocado para prestar declaração perante a Corregedoria-Geral do Município, deixa de comparecer na data e hora marcadas. De acordo com o texto expresso do Estatuto do Servidor Público Municipal, por tal omissão, ao referido servidor pode ser aplicada a seguinte pena:
- suspensão de 5 dias
  - suspensão de 10 dias
  - suspensão de 15 dias
  - multa fixada em 30% sobre 10 dias de trabalho
  - multa fixada em 50% sobre 5 dias de trabalho
30. De acordo com o estabelecido no Estatuto do Servidor, em qualquer fase de qualquer dos procedimentos disciplinares até a apresentação da defesa final, poderá ser praticado o seguinte ato:
- exame pericial
  - juntada de documento
  - oitiva de testemunha de defesa
  - oitiva de testemunha de acusação
  - diligências probatórias complementares

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Considere o documento que, obrigatoriamente, deverá ser emitido no último quadrimestre do exercício financeiro pelos titulares dos Poderes e órgãos, contendo informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e contra-garantias de valores, operações de créditos, o montante da disponibilidade de caixa e as inscrições em restos a pagar. Esse documento denomina-se:
- Relatório Resumido de Execução Orçamentária
  - Demonstrativo do Resultado Primário
  - Anexo de Riscos Fiscais
  - Relatório de Gestão Fiscal
  - Anexo de Metas Fiscais
32. Até o início do exercício financeiro de 2011, um determinado município encontrava-se abaixo do limite máximo de endividamento, definido na legislação vigente. Entretanto, no final do exercício, foi verificado que esse limite foi ultrapassado, com base nas seguintes informações levantadas:
- Dívida Pública Consolidada.....R\$ 12.000.000
- Receita Corrente Líquida Apurada.....R\$ 5.000.000
- Disponibilidades Financeiras.....R\$ 2.250.000
- Considerando que não haverá alteração do montante da RCL nos próximos exercícios, o excesso de endividamento sobre o limite legal deverá ser reduzido, a cada ano, no valor mínimo de:
- R\$ 133.333,33
  - R\$ 250.000,00
  - R\$ 316.666,67
  - R\$ 375.000,00
  - R\$ 400.000,00

#### Analise os dados abaixo para responder às questões 33 e 34:

Um determinado município arrecadou, no exercício de 2011, as seguintes receitas:

IPTU.....	65.000
ISS.....	45.000
IRRF.....	20.000
Alienação de bens.....	5.000
Cota-Parte ITR.....	3.000
Operações de Crédito Internas.....	50.000
Cota-Parte ICMS.....	15.000
Cota-Parte IPVA.....	8.000
Cota-Parte FPM.....	80.000
Cota-Parte IOF Ouro.....	5.000
Cota-Parte IPI Exportação.....	3.000
Participações e Dividendos.....	2.000
Dívida Ativa Tributária (IPTU/ISS).....	10.000
ITBI.....	6.000
Dívida Ativa não Tributária.....	4.000

33. No exercício, o montante mínimo que deveria ter sido aplicado no financiamento da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino seria de:
- R\$ 46.800
  - R\$ 60.000
  - R\$ 62.500
  - R\$ 65.000
  - R\$ 79.250
34. A parcela a ser transferida pelo município, destinada a financiar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação, seria igual a:
- R\$ 21.800
  - R\$ 26.600
  - R\$ 42.600
  - R\$ 46.000
  - R\$ 52.000

#### Analise os dados abaixo para responder às questões de 35 a 39:

Em 31/12, uma determinada prefeitura, para analisar sua execução orçamentária e financeira referente ao exercício financeiro de 2011, elaborou o seguinte quadro demonstrativo:

RECEITAS	R\$	DESPESAS	R\$
IPTU	80.000	Pessoal Ativo	380.000
ISS	50.000	Pessoal Inativo	100.000
ITBI	55.000	Serviços de Terceiros (PF)	40.000
Taxas Diversas	15.000	Material de Consumo	80.000
Dívida Ativa	50.000	FUNDEB	40.000
Aluguéis de Imóveis	5.000	Encargos da Dívida	20.000
Dividendos	15.000	Amortização da Dívida	80.000
IRRF	20.000	Aquisição de Imóvel	15.000
FPM	180.000	Serviços de Terceiros (PJ)	110.000
Cota-Parte ICMS	150.000	Aquisição de Mobiliário	20.000
Cota-Parte IPVA	50.000		
FUNDEB	50.000		
Aplicações Financeiras	18.000		
Contribuição Previdenciária	7.000		
Operações de Crédito	75.000		
Alienação de Bens	15.000		
- Privatização			
Convênios (Transferência de Capital)	10.000		

35. O montante arrecadado correspondente às Receitas Efetivas foi igual a:
- A) R\$ 745.000
  - B) R\$ 695.000
  - C) R\$ 588.000
  - D) R\$ 510.000
  - E) R\$ 500.000
36. O montante da Receita Corrente Líquida no exercício correspondeu a:
- A) R\$ 265.000
  - B) R\$ 473.000
  - C) R\$ 508.000
  - D) R\$ 698.000
  - E) R\$ 745.000
37. O Resultado Primário obtido no exercício foi equivalente a um:
- A) déficit de R\$ 33.000
  - B) déficit de R\$ 40.000
  - C) déficit de R\$ 48.000
  - D) superávit de R\$ 55.000
  - E) superávit de R\$ 75.000
38. De acordo com a legislação vigente, o montante correspondente ao limite máximo do endividamento consolidado do município seria de:
- A) R\$ 762.000
  - B) R\$ 834.000
  - C) R\$ 837.600
  - D) R\$ 894.000
  - E) R\$ 1.396.000
39. Conforme a legislação específica, o montante máximo permitido no exercício da despesa total com pessoal do Poder Executivo seria igual a:
- A) R\$ 274.320
  - B) R\$ 342.000
  - C) R\$ 365.050
  - D) R\$ 376.920
  - E) R\$ 402.300
40. O Município de Planalto Alvorada, com cerca de 60.000 habitantes, em cumprimento aos dispositivos da LRF, deve apurar, também, o montante da sua dívida consolidada, a exemplo do que ocorre com a verificação do limite de despesa com pessoal. De acordo com aquele diploma legal, o limite da dívida deve ser apurado ao final do seguinte período:
- A) mês
  - B) bimestre
  - C) trimestre
  - D) semestre
  - E) quadrimestre
41. As operações de créditos correspondem a compromissos assumidos com credores situados no país ou no exterior, aumentando, conseqüentemente, o endividamento do ente público contratante. Essas contratações dependerão da situação fiscal do ente, frente aos limites definidos. Entretanto, durante um exercício financeiro, o montante global referente à contratação de operações de créditos, excluindo-se aquelas provenientes de antecipação de receitas orçamentárias, está limitado ao seguinte percentual da sua Receita Corrente Líquida:
- A) 22%
  - B) 16%
  - C) 11,5%
  - D) 10%
  - E) 7%
42. Um determinado município realizou, no exercício financeiro de 2011, a restituição de uma parcela de depósitos de terceiros discriminada no passivo circulante do seu balanço de 2010. Com base nas novas normas aplicadas ao setor público, o lançamento contábil dessa operação foi realizado, utilizando as contas classificadas nos seguintes subsistemas de informações:
- A) orçamentário e compensado
  - B) orçamentário e patrimonial
  - C) orçamentário e de custos
  - D) patrimonial e compensado
  - E) patrimonial e de custos
43. No início de cada exercício financeiro, a previsão da receita e a fixação da despesa, constantes na Lei Orçamentária Anual, serão contabilizadas com base na estrutura do PCASP, utilizando as contas específicas, classificadas e indicadas na seguintes classe e grupos:
- A) 5.1 e 6.1
  - B) 5.2 e 6.2
  - C) 5.3 e 5.4
  - D) 6.1 e 4.2
  - E) 6.2 e 5.3
44. No novo PCASP, as contas contábeis não estão mais agrupadas em subsistemas, mas, sim, classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam e está dividido em oito classes de contas. No decorrer do exercício financeiro, no acompanhamento da execução da Dívida Ativa, o registro e contabilização dessa operação será feito utilizando contas específicas, classificadas na seguinte classe e grupo:
- A) 5.3
  - B) 6.2
  - C) 7.3
  - D) 8.3
  - E) 8.9
45. Conforme dispositivo da legislação vigente, a abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para custear as despesas e será precedida de exposição justificativa do prefeito à Câmara Municipal. Uma das possíveis fontes de recursos para atender a essa abertura, desde que não comprometida é a informada na seguinte alternativa:
- A) o superávit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior
  - B) a economia orçamentária apurada no exercício anterior
  - C) a anulação parcial dos créditos adicionais
  - D) as transferências intergovernamentais
  - E) o superávit do orçamento corrente
46. Um certo ente da Federação, devidamente autorizado, emitiu um determinado montante de Letras do Tesouro para pagamento de dívidas mobiliárias já vencidas, com a seguinte composição:
- |                            |             |
|----------------------------|-------------|
| Principal.....             | R\$ 500.000 |
| Atualização monetária..... | R\$ 60.000  |
| Juros.....                 | R\$ 15.000  |
- De acordo com os dispositivos da LRF, o refinanciamento da dívida correspondeu ao seguinte valor:
- A) R\$ 575.000
  - B) R\$ 560.000
  - C) R\$ 515.000
  - D) R\$ 500.000
  - E) R\$ 75.000

47. Um determinado município, no exercício financeiro de 2011, ultrapassou o limite imposto pela LRF, quanto ao gasto total com pessoal. O município, nessa condição, fica obrigado a eliminar a parcela excedente, dentro de prazos estabelecidos na própria LRF. No entanto, caso o ente não reduza o excedente no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o município sofrerá sanções determinadas na LRF. Dentre essas sanções, **não** está incluída a seguinte:
- receber transferências voluntárias da União e dos Estados
  - obter garantias, diretas ou indiretas, da União e dos Estados
  - contratar operações de crédito por antecipação da receita orçamentária
  - contratar operações de crédito para refinanciamento da dívida mobiliária
  - contratar operações de crédito adicional para compra de equipamentos hospitalares
48. O caput do art. 5º da Lei nº 4.320/64 preconiza: “A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesa de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvando o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único”. Nesse dispositivo legal está implícita a essência do seguinte princípio orçamentário:
- orçamento bruto
  - especialização
  - universalidade
  - exclusividade
  - transferência
49. O balanço financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere. A sua estrutura atualizada contém duas seções: a) ingresso: representado pelas receitas orçamentárias, recebimento extraorçamentário e transferências financeiras recebidas; b) dispêndios: despesas orçamentárias, extraorçamentárias e transferências financeiras concedidas. Na sua elaboração, para indicar o montante das transferências financeiras recebidas, utiliza-se, com base no PCASP, as contas da seguinte classe e grupo:
- 8.2
  - 6.2
  - 4.5
  - 3.5
  - 1.1
50. No final de um determinado exercício financeiro, foram levantadas as seguintes informações na contabilidade de uma prefeitura:
- |  |               |
|--|---------------|
| Disponível.....                          | R\$ 1.900.000 |
| Crédito Orçamentário Disponível.....     | R\$ 300.000   |
| Crédito Empenhado a Liquidar.....        | R\$ 750.000   |
| Crédito Empenhado Pago.....              | R\$ 5.200.000 |
| Crédito Empenhado Liquidado a Pagar..... | R\$ 1.250.000 |
| Receita Realizada.....                   | R\$ 8.750.000 |
- Sabendo-se que não há valores a restituir a terceiros e que o próximo exercício financeiro é o início de mandato do novo prefeito eleito, o montante que poderia ser inscrito em restos a pagar correspondeu a:
- R\$ 2.000.000
  - R\$ 1.900.000
  - R\$ 1.250.000
  - R\$ 750.000
  - R\$ 300.000

51. Quando as receitas previstas e as despesas fixadas são, obrigatoriamente, consignadas pelos seus valores brutos e não pelos valores líquidos, por ocasião da elaboração da proposta da Lei Orçamentária, estão sendo cumpridos os fundamentos dos seguintes princípios orçamentários:
- equilíbrio e especificação
  - exclusividade e anualidade
  - especificação e anualidade
  - equilíbrio e orçamento bruto
  - universalidade e orçamento bruto
52. O prefeito de um determinado município enviou, na data prevista pela Lei Orgânica, o projeto da Lei Orçamentária Anual para a Câmara Municipal. Nessa fase do processo orçamentário, os vereadores poderão apresentar emendas ao projeto, desde que indiquem os recursos, admitindo-se apenas os provenientes de anulação parcial ou total de despesas já consignadas. Entretanto, a norma legal determina que devem ser excluídas as anulações sobre a seguinte dotação:
- serviço de dívida
  - merenda escolar
  - precatórios judiciais
  - assistência médica e hospitalar
  - transferências legais e voluntárias

**Analise as informações seguintes para responder às questões 53 a 55:**

O balanço orçamentário de um determinado município, elaborado em 31/12/2011, apresentava, entre outros, os seguintes dados:

Receitas	Previsão	Atualizada	Receitas	Arrecadadas
Correntes		21.000		23.100
de Capital		12.000		11.400

  

Despesas	Dotação	Despesas	Despesas	Despesas
	Atualizada	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
Correntes	22.500	21.000	18.000	16.200
de Capital	10.500	9.900	9.600	9.000

Observe também as informações complementares abaixo:

I - No exercício financeiro não houve refinanciamento de dívidas; e  
II - Não houve retificação da LOA e nem reabertura de saldos remanescentes de créditos adicionais de 2010.

53. O valor implícito das despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício foi igual a:
- R\$ 2.400
  - R\$ 3.300
  - R\$ 5.700
  - R\$ 8.000
  - R\$ 9.300
54. Pode-se concluir que o montante da economia orçamentária no exercício atingiu um total de:
- R\$ 2.100
  - R\$ 2.400
  - R\$ 3.300
  - R\$ 4.800
  - R\$ 9.300
55. O resultado orçamentário do exercício correspondeu a um:
- déficit de R\$ 3.300
  - déficit de R\$ 2.100
  - superávit de R\$ 9.300
  - superávit de R\$ 6.900
  - superávit de R\$ 3.600

56. No exercício financeiro de 2011, a prefeitura de um determinado município efetuou as seguintes operações:

Empenho de despesas.....	162.000
Arrecadação de impostos.....	82.000
Arrecadação de taxas.....	2.000
Pagamento de restos a pagar de 2010.....	36.000
Alienação, por venda, de equipamentos.....	24.000
Pagamento de encargos da dívida.....	37.200
Restituição de depósitos diversos.....	42.000
Operação de crédito interna.....	26.400
Pagamento de pessoal .....	60.000
Pagamento de encargos sociais.....	7.200
Recebimento de aluguéis de terceiros.....	12.000
Recebimento cota FPM.....	40.000
Recebimento de cauções em dinheiro.....	8.000
Consignações sobre a folha de pagamento (dez/2011).....	15.000
Incorporação de bens doados por terceiros.....	12.000
Baixa do almoxarifado - material de consumo.....	5.000
Amortização de operações de crédito obtidas.....	38.400

Pode-se afirmar que o resultado financeiro apurado no exercício correspondeu a um:

- A) déficit de 11.400  
B) déficit de 26.400  
C) superávit de 9.000  
D) superávit de 14.000  
E) superávit de 15.600
57. Observe o seguinte preceito:  
“O registro deve representar a realidade dos fenômenos patrimoniais em função de critérios técnicos contábeis preestabelecidos em normas ou com base em procedimentos adequados, sem que incidam preferências individuais que provoquem distorções na informação produzida.”  
Com base nas NBC SP T16, esse enunciado corresponde à seguinte característica do registro e da informação contábil:  
A) representatividade  
B) confiabilidade  
C) fidedignidade  
D) uniformidade  
E) objetividade
58. A partir do exercício financeiro de 2000, os projetos de leis orçamentárias passaram a ser elaborados de acordo com as modificações introduzidas pela Portaria nº 42, do MPOG. A principal modificação foi a interligação entre o plano plurianual e o orçamento, que passou a ser efetuada por meio de:  
A) programas  
B) planos finalísticos  
C) funções de governo  
D) ações orçamentárias  
E) metas e objetivos estabelecidos

59. Em 31/12/2011, as seguintes contas, com seus respectivos saldos, constavam da contabilidade de um determinado município:

Crédito Disponível.....	25.000
Crédito Empenhado Pago.....	520.000
Crédito Empenhado a Liquidar.....	20.000

Além disso, foi verificado que a LOA consignava uma dotação inicial de R\$ 600.000 e que, durante o exercício, foram abertos dois créditos adicionais: um suplementar, no valor de R\$ 50.000, proveniente do excesso de arrecadação; e outro especial, no valor de R\$ 30.000, proveniente de anulação parcial de dotação.

Pode-se concluir que o saldo da conta Crédito Empenhado Liquidado a Pagar, em 31/12, era igual a:

- A) R\$ 35.000  
B) R\$ 55.000  
C) R\$ 85.000  
D) R\$ 115.000  
E) R\$ 130.000
60. Das operações abaixo, realizadas por uma determinada prefeitura no exercício financeiro, aquela que, com base na nova estrutura do PCASP, irá ocasionar lançamentos em contas, cuja natureza de informação considera-se patrimonial e de controle, é:  
A) dotação inicial de despesa  
B) pagamento de aquisição de computadores  
C) liquidação de serviços de terceiros por contrato  
D) incorporação de bens imóveis doados por terceiros  
E) assinatura de contrato referente à construção de uma escola
61. Considere as metas e prioridades da administração pública municipal, com detalhamento das despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, disposições relativas às despesas com pessoal, e ao equilíbrio entre receitas e despesas, entre outras disposições. Esses elementos são dispositivos determinantes que devem constar no seguinte documento elaborado pelo Poder Executivo:  
A) Plano Plurianual  
B) Lei Orçamentária Anual  
C) Anexo de Metas Fiscais  
D) Lei de Diretrizes Orçamentárias  
E) Relatório Resumido de Execução Orçamentária
62. A Lei Orçamentária contempla as unidades setoriais de orçamento de cada órgão com autorizações de despesas. Entretanto, podem existir unidades que realizam gastos e que, por conseguinte, necessitam também de dotações. Essas unidades recebem o orçamento por descentralização de créditos e de recursos. Dessa forma, a descentralização de créditos, quando envolve unidades de um mesmo órgão, secretaria ou entidade integrante do orçamento fiscal e da seguridade social, é feita por meio do seguinte instrumento:  
A) sub-repasse  
B) destaque  
C) provisão  
D) repasse  
E) cota

63. De acordo com as normas legais, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, elaborado e enviado pelo prefeito à Câmara Municipal, poderá ser alterado por emendas apresentadas pelos vereadores e aprovadas, posteriormente, no plenário da Casa Legislativa. Entretanto, a aprovação dessas emendas está condicionada à seguinte situação:
- aprovação pela maioria simples dos vereadores
  - aprovação pela maioria absoluta dos vereadores
  - compatibilidade com o plano plurianual vigente
  - obtenção de parecer favorável da Comissão Mista de Orçamento
  - aprovação pela Comissão Técnica competente e pelo Conselho Social
64. Conforme preconizado pela Lei 4.320/64, as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta de bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado, denominam-se:
- outras despesas correntes
  - transferências correntes
  - transferências de capital
  - despesas de custeio
  - inversões financeiras
65. Sob o enfoque orçamentário, a receita pública compreende todos os ingressos de recursos, nos cofres públicos, que estarão disponíveis para atender às despesas públicas. Esses recursos, de acordo com a doutrina, são classificados sob quatro aspectos importantes. Quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, os recursos que, no momento do seu reconhecimento, constituem fato contábil modificativo aumentativo, são receitas classificadas como:
- efetivas
  - correntes
  - originárias
  - de economia pública
  - orçamentárias públicas
66. Na elaboração do orçamento público, a codificação econômica da receita orçamentária, identificando a sua natureza, é efetuada por meio de um código decimal desmembrado em níveis. O nível de classificação que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador dos ingressos de tais receitas denomina-se:
- alínea
  - origem
  - rubrica
  - espécie
  - categoria econômica
67. No final do exercício financeiro, um determinado município elaborou o seguinte quadro demonstrativo, relativo ao controle das receitas orçamentárias:

Item	Previsão LOA	Lançamento	Arrecadação	Recolhimento
IPTU	30.000	25.000	22.000	20.000
ISS	20.000	-----	15.000	12.000
Cota FPM	50.000	-----	45.000	45.000
Serviços	30.000	-----	20.000	15.000
Aluguéis	10.000	10.000	8.000	7.000
Indenizações	5.000	5.000	4.000	3.500
Multas	2.000	1.800	1.500	1.400
Alienação de Bens	10.000	-----	8.000	7.000
Operações de Crédito	50.000	-----	40.000	40.000
Contribuições de Melhorias	10.000	8.000	6.500	5.000

Em 31/12, o montante a ser inscrito na Dívida Ativa correspondeu a:

- R\$ 7.800
- R\$ 8.100
- R\$ 12.500
- R\$ 14.900
- R\$ 20.000

68. Um determinado município, no início do exercício de 2012, após os processos administrativos realizados, contratou a Empresa ROMA – Prestadora de Serviços Ltda. para terceirização de mão de obra em substituição de servidores públicos. Durante o exercício, os valores a serem pagos pelo município à empresa, de acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, para cálculo dos limites impostos, deverão ser contabilizados como:
- despesas de pessoal
  - serviços de terceiros – PF
  - serviços de terceiros – PJ
  - outras despesas de pessoal
  - transferências a instituições privadas
69. Por ocasião da elaboração da lei orçamentária, nos três níveis de governo, a despesa é discriminada, adotando-se, principalmente, quatro critérios de classificação. O critério que identifica as áreas de atuação do ente federativo, fixando os objetivos e as ações que devem ser desenvolvidas para o alcance desses propósitos, é classificado como:
- orçamentário
  - por natureza
  - programático
  - institucional
  - funcional
70. Um determinado município contraiu uma dívida por contrato, no qual constava amortização de parcela do principal a cada seis meses e pagamento mensal dos juros contratados. As despesas decorrentes dos pagamentos desses juros, de acordo com a legislação vigente, devem ser classificadas como:
- investimentos
  - despesas correntes
  - inversões financeiras
  - despesas financeiras
  - transferências de capital
71. Com base na classificação de despesa por objeto de gasto, e de acordo com a legislação vigente, uma despesa executada durante um determinado exercício, recebeu a codificação 3.3.90.30. O segundo dígito, indicado pelo algarismo 3, corresponde, na classificação, a:
- natureza da despesa
  - categoria econômica
  - elemento de despesa
  - modalidade de aplicação
  - subelemento de despesa
72. No início do exercício de 2012, a Prefeitura do Município ABC realizou um processo licitatório para a aquisição de computadores. Após a assinatura e registro do contrato administrativo, deu início à execução da despesa. Nessa fase inicial, foi realizado o lançamento correspondente, utilizando concomitantemente, de acordo com a NBCASP, contas pertencentes aos seguintes subsistemas de informações:
- patrimoniais e de custos
  - orçamentários e financeiros
  - orçamentários e patrimoniais
  - de compensação e de custos
  - orçamentários e de compensação

73. Conforme determinado na legislação vigente, na Lei Orçamentária Anual a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, deverá ser feita, no mínimo, pelos seguintes aspectos:
- instituição, função e programas
  - função, programas e elemento de despesa
  - esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e programas
  - categoria econômica, modalidade de aplicação e elemento de despesa
  - categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação

74. Em 10/03/2012, um determinado município verificou a necessidade urgente da abertura de um crédito suplementar. O recurso a ser indicado só poderia ser proveniente do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior. Para isso, foram levantados os dados necessários, constantes das seguintes demonstrações contábeis de 2011, elaboradas com base nas estruturas atualizadas:

**Balanço Patrimonial**

Caixa e Equivalente de Caixa.....	22.000
Créditos de Curto Prazo.....	2.500
Fornecedores Nacionais de Curto Prazo.....	8.000
Estoques.....	3.000
Resultados Acumulados.....	4.000
Financiamentos a Curto Prazo.....	5.000
Salários a Pagar.....	6.500
Depósitos Diversos.....	1.000
Bens Móveis.....	12.000
Financiamentos a Longo Prazo.....	15.000

**Balanço Orçamentário**

Previsão Atualizada da Receita.....	80.000
Dotação Atualizada.....	80.000
Despesas Empenhadas.....	78.000
Despesas Pagas.....	62.000
Receitas Realizadas.....	83.000
Despesas Liquidadas.....	76.500

Sabe-se que, no exercício de 2011, não houve refinanciamento de dívidas e, que, no atual exercício, foi reaberto um crédito especial, aprovado em nov/2011, com um saldo remanescente de R\$ 1.200. O valor disponível que foi indicado para aprovação e abertura do crédito pretendido era de:

- R\$ 1.300
- R\$ 3.800
- R\$ 6.300
- R\$ 7.800
- R\$ 9.000

**Análise as informações a seguir para responder às questões 75 a 78:**

Um determinado município, no início do exercício de 2011, passou a adotar as novas normas e procedimentos da contabilidade aplicada ao setor público. Durante o exercício foram realizadas as seguintes operações:

Arrecadação de tributos.....	28.000
Operação de crédito interna.....	16.000
Pagamento de servidores.....	14.000
Doação de bens móveis a terceiros.....	4.200
Cancelamento de restos a pagar não processado.....	3.200
Pagamento de restos a pagar (Fornecedores) inscritos em 2010.....	3.500
Recebimento de dívida ativa tributária.....	1.400
Pagamento de juros de empréstimos obtidos.....	2.800
Recebimento de arrendamento a terceiros.....	1.400
Empenho, liquidação e pagamento de serviços de terceiros.....	4.900
Empenho, liquidação e pagamento-aquisição de mobiliário.....	3.000
Empenho, liquidação e pagamento- construção de posto médico.....	6.000
Amortização de empréstimos obtidos.....	10.000
Baixa do estoque de material para consumo.....	2.100
Alienação por venda de um imóvel.....	4.200
Empenho, liquidação e pagamento de outras despesas correntes.....	3.500

75. Em 31/12/2011, ao elaborar a Demonstração das Variações Patrimoniais, com base na estrutura atualizada pela Portaria da STN, o resultado patrimonial apurado correspondeu a um:
- superávit de R\$ 1.400
  - superávit de R\$ 1.800
  - superávit de R\$ 2.100
  - déficit de R\$ 700
  - déficit de R\$ 2.100

76. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada pelo método direto, o montante do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi:
- positivo de R\$ 2.100
  - positivo de R\$ 4.200
  - positivo de R\$ 5.500
  - negativo de R\$ 700
  - negativo de R\$ 6.300

77. Ainda na mesma Demonstração elaborada, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa correspondeu a um superávit de:
- R\$ 3.300
  - R\$ 5.100
  - R\$ 5.400
  - R\$ 6.800
  - R\$ 11.400

78. Como determinado na legislação vigente, o município também elaborou a Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com a estrutura original da Lei 4.320/64. Nesse caso, o resultado patrimonial apurado correspondeu a um:
- déficit de R\$ 700
  - déficit de R\$ 2.100
  - superávit de R\$ 2.000
  - superávit de R\$ 2.500
  - superávit de R\$ 1.100

79. O valor contábil de um ativo, eventualmente, poderá não corresponder ao seu valor justo, motivo pelo qual as reavaliações passaram a ser obrigatórias no setor público para os elementos patrimoniais. Essas reavaliações devem ser feitas utilizando o valor justo ou o valor de mercado, anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados. Para as demais contas ou grupos de contas, a reavaliação deverá ser feita com a seguinte frequência:
- a cada dez anos
  - a cada dois anos
  - a cada três anos
  - a cada cinco anos
  - a cada quatro anos

80. O art. 167, inciso I, da Constituição Federal de 1988, preconiza que é vedado o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual. Observa-se que, nesse dispositivo constitucional, está implícita a essência do enunciado do seguinte princípio orçamentário:
- clareza
  - especificação
  - universalidade
  - exclusividade
  - orçamento bruto





Anote aqui seu gabarito e destaque no pontilhado.

01		11		21		31		41		51		61		71	
02		12		22		32		42		52		62		72	
03		13		23		33		43		53		63		73	
04		14		24		34		44		54		64		74	
05		15		25		35		45		55		65		75	
06		16		26		36		46		56		66		76	
07		17		27		37		47		57		67		77	
08		18		28		38		48		58		68		78	
09		19		29		39		49		59		69		79	
10		20		30		40		50		60		70		80	

## ATENÇÃO

O **caderno de questões** contém 80(oitenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas (A,B,C,D,E), organizadas da seguinte forma:

CONHECIMENTOS GERAIS: de **01 a 10** - *Português*; de **11 a 15** - *Informática*; de **16 a 20** - *Direito Administrativo*; de **21 a 25** - *Direito Constitucional*; de **26 a 30** - *Legislação Municipal* e

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: de **31 a 80** - *Específica*.

## INSTRUÇÕES

1. A duração da prova é de 4 (quatro) horas , considerando, inclusive, a marcação do **Cartão de Respostas**. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.
2. Ao ser dado o sinal de início da prova verifique se a prova é para o **cargo** para o qual concorre, confira, também, a numeração das questões e a paginação. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal de sala.
3. Verifique, no **Cartão de Respostas**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
4. O **Caderno de Questões** poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no **Cartão de Respostas** serão objeto de correção.
5. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a alternativa que responde corretamente a cada uma delas.
6. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - não haverá substituição por erro do candidato;
  - não deixar de assinar no campo próprio;
  - não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;
  - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
  - outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**;
  - será atribuída pontuação zero à questão que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.
7. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
8. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.
9. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões.
10. Você poderá anotar suas respostas em área específica do Caderno de Questões, destacá-la e levar consigo.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
12. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o **Caderno de Questões** e o **Cartão de Respostas**.

Não esqueça seu documento de identidade.

Boa Prova!